



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 150, DE 2007

(nº 667/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

Os méritos do Senhor Affonso Emilio de Alencastro Massot que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

Assinatura manuscrita em tinta preta, sobreposta a uma linha diagonal que atravessa o texto da data.

Brasília, 31 de agosto de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

I N F O R M A Ç Ã O

C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT

CPF.: 38037416704

ID.: 1818– MRE

09/10/1944	Filho de João Baptista de Alencastro Massot e Estesia Pessanha Massot, nasce em 9 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ
01/12/1966	CPCD, IRBr
20/12/1966	Direito pela Pontificia Universidade Catolica do Rio de Janeiro/RJ
01/01/1967	Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr
03/03/1967	Terceiro Secretário em 3 de março
04/03/1967	Divisão de Cooperação Intelectual, assistente
02/01/1968	Divisão de Transportes e Comunicações, assistente
04/01/1969	Ministério da Indústria e Comércio, Gabinete do Ministro
15/01/1970	Embaixada em Roma, Terceiro e Segundo Secretário
21/03/1970	Segundo Secretário em 21 de março
15/05/1970	Pós-graduação sobre Comunidades Européias do Instituto Internacional de Administração Pública, Paris e Bruxelas
16/05/1970	Embaixada em Roma, Segundo Secretário
23/08/1973	Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro Secretário
10/11/1973	Ordem Nacional do Mérito, Itália, Cavaleiro
15/03/1976	VI Reunião de Diretores Nacionais de Promoção de Exportações, Cali, Chefe de delegação
25/05/1976	Primeiro Secretário em 25 de maio
25/08/1976	Ordem de São Carlos, Colômbia, Oficial
27/12/1976	Embaixada em Nairobi, Primeiro Secretário
04/04/1979	Departamento da África, Ásia e Oceania, Assessor

04/06/1979	Ordem Nacional do Mérito, Costa do Marfim, Cavaleiro
11/12/1979	Conselheiro em 11 de dezembro
10/04/1980	Missão Especial precursora ao Zimbábue, Chefe de delegação
18/04/1980	Ordem da Independência, Zimbábue, Medalha
10/02/1981	Instituto Rio-Branco, Professor de Orientação Profissional
12/05/1981	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
15/08/1981	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Conselheiro
22/11/1982	CAE, IRBr, Africa Meridional- Coordenação para a Independência Econômica e para o Desenvolvimento. Uma Nova Dimensão da Luta de Liberação
16/03/1983	Reunião do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, (VII Relatório), Genebra, Chefe de delegação
01/01/1984	Representação Especial para Direitos Humanos em Nova York, Chefe do Escritório
01/02/1985	Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático
15/06/1985	Ministro de Segunda Classe em 15 de junho
15/07/1985	Legion d'Honneur, França, Oficial
15/03/1986	Embaixada em Lisboa, Ministro Conselheiro
27/05/1986	Ordem Militar de Cristo, Portugal, Grande Oficial
15/06/1990	Medalha do Pacificador, Brasil
01/01/1991	Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral
01/09/1993	Departamento Consular e Jurídico, Chefe
31/01/1994	Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Portugal, Lisboa, Chefe de delegação
01/06/1994	Reunião para Negociação e Rubrica do Tratado de Extradicação com o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, Londres, Chefe de delegação
28/11/1994	Reunião para Negociação e Rubrica do Tratado de Extradicação com a França, Paris, Chefe de delegação
30/11/1994	Reunião para Negociação e Rubrica dos Acordos de Cooperação Judiciária em Matéria Civil e Penal com a França, Paris, Chefe de delegação
03/07/1995	VII Reunião do Grupo e Cooperação Consular Brasil-Paraguai, Brasília, Chefe de delegação
20/08/1995	Reunião para Criação do Grupo Executivo para Documentação de Brasileiros no Paraguai, Assunção, Chefe de delegação

30/08/1995	Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Bolívia, Santa Cruz de La Sierra, Chefe de delegação
25/10/1995	Reunião para Negociação e Rubrica do Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais com a Argentina, Buenos Aires, Chefe de delegação
15/12/1995	Ministro de Primeira Classe 15 de dezembro
01/02/1996	Reunião para Negociação e Rubrica do Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais com o Uruguai, Montevideo, Chefe de delegação
02/02/1996	Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, Diretor-Geral
13/06/1996	Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Grande Oficial
28/08/1996	Legion d'Honneur, França, promoção a Comendador
17/03/1997	Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chefe de Gabinete
21/03/1997	Conselho da Fundação Alexandre de Gusmão, Membro
15/04/1997	Ordem Nacional do Cedro, Líbano, Grande Oficial
19/04/1997	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
15/05/1997	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
16/10/1997	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
02/12/1997	Ordem de São Miguel e São Jorge, Grã Bretanha, KCMG
21/04/1998	Ordem de Isabel a Católica, Espanha, Encomienda de Número
29/05/1998	Ordem de Rio Branco, Brasil, promoção a Grã-Cruz
25/08/1998	Ordem del Libertador San Martin, Argentina, Grã-Cruz
23/10/1998	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
20/02/1999	Embaixada na Haia, Embaixador
20/04/1999	Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), na Haia, Representante Permanente
25/04/1999	Conselho da Corte Permanente de Arbitragem, Haia, Membro
29/04/1999	XV, XVI, XVII Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, Haia, Chefe da delegação
28/06/1999	IV Conferência dos Estados Partes da Convenção para Eliminação das Armas Químicas(CEPAQ), Haia, Chefe da delegação

22/04/2000	Primeira Conferência Especial dos Estados Partes da CEPAQ, Haia, Chefe da delegação
29/04/2000	XVIII, XIX, XX, XXI, XXII Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, Haia, Chefe da delegação
15/05/2000	V Conferência dos Estados Partes da Convenção para Eliminação das Armas Químicas (CEPAQ), Haia, Chefe de delegação
20/02/2001	Conferência de Direito Internacional Privado, Haia, Representante Permanente
23/02/2001	XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, Haia, Chefe de delegação
14/05/2001	VI Conferência dos Estados Partes da Convenção para Eliminação das Armas Químicas (CEPAQ), Haia, Chefe de delegação
22/03/2002	XXVIII, XXIX, XXX, XXXI Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, Haia, Chefe da delegação
07/10/2002	VII Conferência dos Estados Partes da Convenção para Eliminação das Armas Químicas (CEPAQ), Haia, Chefe da delegação
21/03/2003	XXVIII, XXIX, XXX, XXXI Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, na Haia, Chefe de delegação
22/04/2003	Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Grã Cruz
28/04/2003	1ª Conferência de Revisão da Convenção para Eliminação das Armas Químicas (CEPAQ), Haia, Chefe de delegação
09/07/2003	Embaixada em Praga, Embaixador


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**INFORMAÇÃO SOBRE A
REPÚBLICA HELÊNICA**

Agosto de 2007

Informações Gerais

Dados básicos

Nome Oficial: República Helênica

Capital: Atenas

Área: 131.940 km²

População: 10.706.290 habitantes (est. julho 2007)

Independência: 1829, do Império Otomano

Data Nacional: 25 de março de 1821 (comemora o dia da independência)

Constituição: 11 de junho de 1975; emendada em março de 1986 e abril de 2001

Línguas: grego (oficial), 99%; outros, 1% (incluindo inglês e francês)

Sistema Político

A Grécia é um estado unitário, republicano, de regime parlamentarista.

O Chefe do Estado é o Presidente da República, eleito por maioria qualificada pelo Parlamento, para um mandato de cinco anos, admitida a reeleição por uma única vez.

Em seu texto original, de 1975, a Constituição outorgava, inspirada no modelo francês, poderes especiais ao Presidente, tais como a faculdade de submeter certas questões ao referendo popular, de emitir opinião sobre questões políticas, sem referendun ministerial, e de dissolver a Câmara no caso de sua composição estar "em manifesto desacordo com o sentimento popular".

A reforma constitucional de 1986 suprimiu estes poderes especiais, reduzindo o papel do Presidente às funções tradicionais de chefe de estado de um regime parlamentarista. Com limitadas exceções, todos os seus atos exigem referendun ministerial. A mais notável destas exceções é a faculdade de veto suspensivo a projetos de lei votados pela Câmara.

O Poder Executivo é exercido pelo Primeiro Ministro, chefe do Governo, que fixa a política geral do país.

O Poder Legislativo, unicameral, é exercido pelo Parlamento (Vouli), integrada por trezentos deputados eleitos, para um mandato de quatro anos, segundo um sistema proporcional, corrigido de molde a fortalecer a representação do partido mais votado. Permite, destarte, a formação de maiorias sólidas, garantia da governabilidade.

O Poder Judiciário é exercido por tribunais civis, penais e administrativos (com jurisdição fiscal).

As eleições nacionais de 7 de março de 2004 resultaram em vitória da oposição, a Nova Democracia (ND), cujo líder, Costas Karamanlis, tornou-se o novo Primeiro-Ministro da República Helênica. A vitória da ND deveu-se ao desgaste político natural do Partido do Governo, o PASOK, há quase vinte anos no poder. A esse desgaste somaram-se as constantes acusações de corrupção que o PASOK que minaram a imagem do partido.

Principais Autoridades

Chefe de Estado: Presidente Karolos Papoulias (desde 12 de março de 2005)

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Konstandinos (Kostas) KARAMANLIS (desde 7 de março de 2004)

Ministra para Negócios Estrangeiros: Dora Bakoyannis

Ministro do Interior, Administração Pública e Descentralização: Prokopis Pavlopoulos

Ministro do Desenvolvimento: Dimitris Sioufas

Ministro da Economia e Finanças: Giorgos Alogoskoufis

Ministro da Defesa: Evangelos Meïmarakis

Ministro do Meio-Ambiente, Planejamento Urbano e Obras Públicas: Giorgos Souflis

Ministro do Trabalho e Previdência Social: Vassilis Magginas

Ministro da Saúde e Solidariedade Social: Dimitrios Avramopoulos

Ministra da Educação e Religião: Marietta Giannakou

Ministro do Turismo: Dimitris Avramopoulos

Ministro da Cultura: Giorgos Voulgarakis

Ministro do Trabalho: Vassilis Magginas

Ministro do Desenvolvimento Agrícola e Alimentos: Evangelós Bassiakos

Ministro da Justiça: Anastasios Papaligouras

Ministro dos Transportes e Comunicações: Michalis Liapis

Ministro da Marinha Mercante: Manolis Kefalogiannis

Ministro de Estado: Theodoros Roussopoulos

Economia

As principais atividades econômicas da Grécia são agricultura, pecuária, manufaturas, construção, turismo e transporte marítimo. Oitenta por cento do país é montanhoso e apenas 27% da área total pode ser cultivada.

Tendo em vista que a atividade econômica está concentrada na proximidade de Atenas, assim como a maioria da população, o governo tem procurado incentivar o deslocamento das indústrias para as demais regiões do país.

A força de trabalho total é de cerca de 4.8 milhões de pessoas, das quais cerca de 37,7% do sexo feminino. Os assalariados representam 64% do total, aproximadamente. Os 40% restantes estão distribuídos entre autônomos nos setores industriais, de comércio e de serviços e profissionais liberais. Deve-se também assinalar a presença de mais de um milhão de imigrantes (legais e ilegais), empregados sobretudo em profissões de menor qualificação.

A Grécia se tornou o 12º membro da Zona do Euro, em 1º de janeiro de 2002. A dracma foi retirada de circulação em 26 de fevereiro de 2002.

Os setores bancário e financeiro foram liberalizados nos últimos anos, em função das diretrizes da União Européia e hoje se encontram basicamente livres da interferência do Estado.

Principais Indicadores Econômicos

PIB: US\$ 223,8 bilhões (est. 2006)

PIB per capita: US\$ 24.000 (est. 2006)

Inflação: 3,3% (est. 2006)

Taxa de desemprego: 9,2% (est. 2006)

Principais produtos: alimentos e bebidas, bens manufaturados, derivados do petróleo, produtos químicos e têxteis

Avaliação do estado das relações bilaterais

Brasil e Grécia mantêm relações diplomáticas desde o princípio do século, sempre assinaladas por um clima de cordialidade e pela ausência de atritos ou litígios. Fechada durante a II Guerra Mundial, a Legação do Brasil foi reaberta em março de 1945 e elevada à categoria de Embaixada em 1958.

A imigração grega para o Brasil e a presença, segundo as estimativas helênicas, de cerca de 25.000 descendentes de gregos no Brasil, contribui para o bom relacionamento entre os dois países, forjando laços econômicos e culturais.

O crédito de simpatia de que goza a Grécia no Brasil e a postura compreensiva de nossa diplomacia com respeito às questões de vital interesse para aquele país alimentam um sentimento de cordialidade das autoridades gregas, mas também uma certa tranquilidade quanto ao nosso comportamento em relação aos seus interesses, e conformismo com o nível atingido nas relações bilaterais.

Por ocasião da visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia, Evípridis Stylianídis, ao Brasil, em agosto de 2006, foi transmitida ao Ministro Celso Amorim carta da Chanceler grega Dora Bakoyannis em que esta manifesta o desejo de realizar visita oficial ao Brasil com o objetivo de discutir assuntos bilaterais e temas da agenda multilateral. Na referida carta, datada de 7 de julho de 2006, a Ministra Bakoyannis refere-se ao acordo de cooperação econômica, científica e tecnológica, ora em apreciação pela parte brasileira. A visita ainda não se concretizou devido a dificuldades de agenda suscitadas pela parte grega.

As relações econômicas entre o Brasil e a Grécia se caracterizam por uma assimetria nas transações comerciais e de serviços. Enquanto o Brasil apresenta superávit comercial regular, a balança de serviços é largamente favorável à Grécia, graças à ampla participação de armadores gregos, sob as bandeiras mais variadas, no mercado brasileiro de fretes marítimos internacionais.

De acordo com dados preliminares do MDIC/SECEX (base FOB), o valor do intercâmbio de bens (exportações e importações) Brasil-Grécia alcançou US\$ 242.1 milhões em 2004, registrando um aumento de 50,3% com relação a 2003 (US\$ 161.1 milhões). Em 2005, esse valor correspondeu a US\$ 199.8 milhões. Em 2006, o volume de comércio bilateral registrou US\$ 306.7 milhões, e, em 2007 (até julho), atingiu o patamar de US\$ 231,8 milhões.

As exportações brasileiras para a Grécia em 2006 foram de US\$ 247.5 milhões, o que representou um aumento de 42,3% em relação ao ano anterior, quando o Brasil havia exportado US\$ 173.8 milhões. A participação das exportações para o mercado grego, em relação ao total exportado pelo Brasil, foi de apenas 0,18%.

As importações em 2006 aumentaram 123,6 %, de US\$ 26.4 milhões para US\$ 59.2 milhões. O saldo comercial positivo passou de US\$ 147.3 milhões, em 2005, para US\$ 188.2 milhões, em 2006.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Grécia no ano passado foram: café não torrado, não descafeinado, em grão (19,40% do total); outros grãos de soja, mesmo triturados (18,12%); bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja (8,47 %).

Os principais produtos importados da Grécia para o Brasil em 2006 foram naftas para petroquímica (50,09% do total); outras partes para aparelhos interruptores de circuitos elétricos (6,67%); mármore (6,03%).

Questão de Chipre

A ilha de Chipre é habitada por dois povos distintos: greco-cipriotas (que correspondem a 82% da população da ilha) e turco-cipriotas (que respondem pelos restantes 18%). A Turquia, que foi soberana em Chipre por mais de 300 anos, transferiu o controle efetivo da ilha para a Coroa britânica em 1923, transformando em de direito um governo que já existia de fato desde 1878. A administração britânica continuou na ilha até 1960, ano em que foi fundada a República Bicomunal Cipriota, com base em tratados internacionais assinados por Grã-Bretanha, Turquia, Grécia e representantes das comunidades cipriotas turca e grega, que estabeleciam uma relação equânime entre as duas populações, igualmente representadas no governo formado para administrar a ilha.

Desde 1974 a ilha possui duas entidades políticas distintas e autônomas: a República de Chipre ao sul, governada pelos gregos cipriotas e reconhecida internacionalmente como Estado soberano, e a República do Norte de Chipre (RTNC), reconhecida apenas por Ancara, que não desiste do propósito de defender a soberania dos turcos habitantes da ilha. A adesão da República de Chipre à União Européia em 1º de maio de 2004 gerou grande desafio para as relações da Turquia com a Europa. Existem atualmente representantes dos governos dos dois lados da Ilha, o turco-cipriota Mehmet Ali Talat, e o grego-cipriota Tassos Papadopoulos (reconhecido internacionalmente), assistidos por representantes de ambas "motherlands" e da Grã-Bretanha. Outro complicador da questão cipriota reside no tema dos recursos energéticos da ilha.

A complexidade da questão de Chipre não resulta somente da dificuldade de fazer viver sob uma mesma soberania (a Turquia pretenderia a soberania para a comunidade turco-cipriota) as duas comunidades separadas por culturas, religiões e anos de conflito, mas a superposição a este problema, já em si de complexa solução, de temas associados tais como o contencioso greco-turco; as relações entre a Turquia e a União Européia; a potencial utilização do veto grego no âmbito das instituições européias, tanto no que concerne às relações Turquia-UE quanto na ampliação da UE para leste; a ameaça de veto turco, no seio da OTAN, à inclusão de novos membros; e, mais diretamente, da ameaça de incorporação da "República Turca de Chipre" à Turquia. Apesar das

dificuldades por que atravessa a Rússia, não se deve, tampouco, esquecer os interesses desse país em Chipre, que aparentemente continuaria a funcionar como o principal centro financeiro “off-shore” para a sua economia.

O fracasso do plano de reunificação patrocinado pela ONU em 2004, rejeitado por 75.83% dos votantes, veio confirmar a complexidade do tema. Enquanto a maioria greco-cipriota votou pela não-aprovação, a minoria turca votou pela reunificação. Com o fracasso do Plano, apenas a porção greco-cipriota (representada pelo Presidente Papadopoulos) ingressou na UE no dia 1º de maio daquele ano. Caberia, à luz da entrada da Ilha na União Européia, ter presente a importante influência da UE no processo de tratativas com o Governo cipriota: cerca de 52% das exportações cipriotas se destina a países do bloco. O Reino Unido, especificamente, guarda interesse no tema, já que retém na ilha as duas áreas de bases militares soberanas de Episkopi e Dhekelia.

A sensibilidade que reveste o tema do Chipre envolve, além da República Cipriota e da minoria turca, fortes interesses nacionais (Turquia, Grécia, Estados Unidos e Reino Unido, bem como países da Ásia próximos à Ancara) e processos multilaterais complexos nas Nações Unidas e na UE, o que sugere a conveniência de se perseverar num enfoque cauteloso e gradualista.

Em 8 de julho de 2006, foi celebrado um acordo entre o Presidente Papadopoulos e o líder turco-cipriota Mehmet Ali Talat, durante missão do sub-secretário-geral da ONU para os Assuntos Políticos, Ibrahim Gambari, na região. Este acordo, assente no princípio de uma federação bi-zonal e bi-comunal para Chipre, foi recebido com relutância pelos militares turcos.

As Nações Unidas aplaudiram, em 9 de março de 2007, a remoção da chamada linha verde que, durante mais de 30 anos, simbolizou a divisão de Nicósia entre o setor turco-cipriota e a área greco-cipriota. A decisão do Governo do Chipre de demolir o muro em “Ledra street” foi bem vista por organizações internacionais e governos estrangeiros.

O Conselho de Segurança aprovou, por unanimidade, em 15/06/2007, a Resolução 1758 pela qual estendeu o mandato da UNFICYP por mais seis meses. No texto da Resolução, o Conselho expressa grande suporte à necessidade de dar seguimento ao acordo celebrado a 08 de Julho de 2006.

DE-I, em 27/08/2007

Aviso nº 910 - C. Civil.

Brasília, 5 de setembro de 2007.

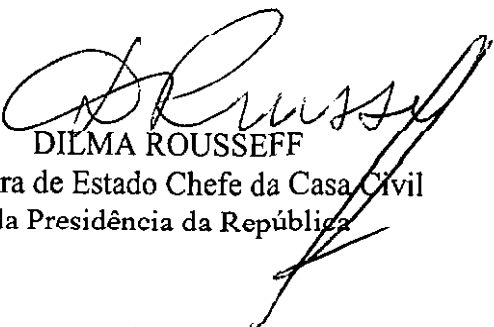
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

Atenciosamente,


DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 15/9/2007.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
(OS:15191/2007)